

Luta contra redução salarial e saídas para a crise serão debatidas em live nesta 5ª

Alternativas para sair da crise sanitária, sem redução de salários e perda de empregos, serão o tema da próxima *live* do Sintrajud. O bate-papo virtual terá como tema **Redução salarial não: quem deve pagar a conta da crise?** e acontecerá nesta quinta-feira, 2 de abril, a partir das 11h na [página do Facebook,](#) contará com a participação do economista Washington Lima, assessor do Sindicato.

O economista vai explicar um pouco do porquê, em períodos de crise aguda, são viáveis e eficazes medidas como a suspensão do pagamento da dívida pública e a revogação da Emenda Constitucional 95 e do mecanismo da Desvinculação de Receitas da União (DRU) – que retira 30% do orçamento da saúde todos os anos. O debate também terá a presença dos diretores do Sindicato Inês Leal e Tarcisio Ferreira, que também vão prestar contas da ação sindical durante a quarentena e sanar dúvidas dos servidores.

As *lives* foram o modelo adotado pela diretoria do Sintrajud para manter o diálogo com a categoria neste período de crise sanitária e recomendações de isolamento social. A direção tem feito um esforço para manter duas transmissões por semana, buscando ter presenças de especialistas para tirar as dúvidas dos servidores sobre a pandemia do coronavírus e suas consequências.

Participe, divulgue para seus colegas e reserve um espaço no seu dia a dia para dialogar com o seu Sindicato e trocar experiências.

Maior panelaço da quarentena deve ser nesta terça, 31, aniversário do golpe de 64

As janelas e varandas do Brasil vão ressoar às 20h30 desta terça-feira, 31 de março, o que promete ser o maior panelaço da quarentena imposta pela pandemia do coronavírus. As publicações feitas na manhã de hoje pelo Ministério da Defesa e o vice-presidente, general da reserva Hamilton Mourão, de que o 31 de março de 1964 teria sido um “marco democrático” repercutiram negativamente e aumentaram a indignação com um governo que nega os riscos da pandemia do coronavírus e tenta aproveitar a crise para cortar salários dos servidores públicos.

Convocado por diversos partidos, movimentos sociais e centrais sindicais, o protesto já estava previsto para marcar os 56 anos do golpe empresarial-militar no país. O panelaço foi o caminho encontrado pelas organizações defensoras dos direitos humanos, num momento em que todas as atividades presenciais em defesa do resgate da memória dos crimes do regime de quartéis, por reconhecimento da verdade histórica das responsabilidades do Estado brasileiro e por justiça para as vítimas da ditadura foram canceladas.

Somou-se à pauta o repúdio à irresponsabilidade do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que vem combatendo o isolamento social defendido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), governos de todo o mundo, governadores, prefeitos, especialistas e por seu próprio ministro da Saúde.

No último domingo, 29 de março, Bolsonaro saiu em caminhada

por Brasília, onde conversou com pessoas na rua, visitou estabelecimentos comerciais e atraiu aglomerações. Durante o percurso, o presidente voltou a atacar as medidas de isolamento social, defendendo a volta ao trabalho e ao funcionamento normal de atividades econômicas. Bolsonaro chegou a dizer que estuda baixar um decreto com essas determinações.

Antes, o presidente já havia participado de uma manifestação contra o STF e o Congresso Nacional, em 15 de março, e feito um pronunciamento em cadeia de rádio e televisão no dia 24 de março, quando minimizou o risco do coronavírus e defendeu o fim do isolamento social.

Aniversário do golpe

O painel também vai defender o Sistema Único de Saúde (SUS) e a democracia. Ainda nesta terça-feira, será lançado um abaixo-assinado com a proposta de taxação das grandes fortunas para angariar recursos para a saúde.

A data do painel é significativa porque marca os 56 anos do golpe de 64. Bolsonaro é um entusiasta do golpe e admirador de militares ligados à tortura durante o regime, como o general Carlos Alberto Brilhante Ustra.

O presidente tem sido alvo de painéis quase diários durante a quarentena. Servidores do Judiciário Federal participam das manifestações para protestar contra as medidas que atacam o funcionalismo, como a proposta de reduzir salários e jornada de trabalho, as medidas previstas no Plano 'Mais Brasil' e o congelamento orçamentário imposto pela Emenda 95.

Mande sua foto ou vídeo participando do painel por meio do WhatsApp do Sintrajud: (11) 99128-5217.

Assista aqui à transmissão ao vivo desta segunda

[Sintrajud em ação #6: Isomaneto e direitos: vida, saúde e salários](#)

Acompanhe em nosso Facebook a transmissão ao vivo com a participação do colega Antônio Melquíades, o Melqui, sobre a importância das medidas de prevenção à vida na pandemia e a defesa dos direitos e dos salários.

Posted by [Sintrajud](#) on Monday, 30 March 2020

Servidores abordam isolamento social, garantia de direitos e salários em live às 17h30

Para manter o diálogo e a proximidade com a categoria no período de pandemia do coronavírus, a diretoria do Sintrajud realiza mais uma transmissão ao vivo nesta segunda-feira, 30 de março, a partir das 17h30, na página do Facebook. Desta vez, a conversa virtual terá a participação do servidor do TRF-3 Antônio Melquíades “Melqui”, para trocar informações e discutir um pouco sobre o isolamento social em defesa da vida e a garantia de direitos à saúde e salários. A live terá também a participação dos diretores do Sindicato Fabiano dos Santos e Luciana Carneiro que, também vão prestar contas da ação sindical e sanar dúvidas dos servidores.

Desde que começou a crise sanitária, o Sintrajud adotou a realização das *lives*, buscando manter a categoria informada sobre as ações e ter um diálogo aberto. Esta será a sétima transmissão ao vivo do Sindicato, que tem mantido, pelo menos, duas por semana ([acesse a página aqui](#)).

Economia, salários e direitos

A próxima *live* acontece na quinta-feira, 2 de abril, e terá a participação do economista Washington Lima, assessor do Sintrajud. O debate, que também contará com a presença dos diretores do Sindicato Inês Leal e Tarcisio Ferreira, será sobre as alternativas para sair da crise sanitária, sem redução de salários e perda de empregos, discutindo modelo de Estado, suspensão do pagamento da dívida pública e extinção da Emenda Constitucional 95 e do mecanismo da Desvinculação de Receitas da União (DRU) – que retira 30% do orçamento da saúde todos os anos.

Participe, divulgue para os seus colegas e reserve um espaço no seu dia a dia para dialogar com o seu Sindicato e trocar experiências.

Assista aqui à transmissão ao vivo que contou com a participação de Maria Lúcia

A próxima *live* vai acontecer na segunda-feira (30 de março) às 17h30, pelo Facebook, com o ex-diretor do Sintrajud Antônio Melquíades – o “Melqui”.

Basta clicar em “watch now”

** Atualizado em 27/03/2020 às 21h.*

NOTA: Fora Bolsonaro e seu governo, para defender os salários, os direitos e a vida



Servidores que integram o Coletivo Luta Fenajufe durante o último congresso da Federação (crédito: Joca Duarte).

Após o pronunciamento feito pelo presidente Jair Bolsonaro nessa terça-feira à noite (24 de março), a diretoria executiva do Sintrajud e o Coletivo Luta Fenajufe decidiram publicar a nota abaixo e convidar a categoria em todo o país a avaliar o momento conjuntural e os inúmeros atos nos quais o mandatário

da República infringiu o artigo 85 da Constituição Federal. O dispositivo constitucional estabelece as responsabilidades do Presidente da República e os casos nos quais o chefe do Poder Executivo incorre em crime de responsabilidade, que pode resultar num processo de impedimento a ser julgado pelo Congresso Nacional. O Luta Fenajufe reúne sindicatos e coletivos de servidores em defesa dos princípios fundacionais federação nacional dos sindicatos de trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União.

Leia abaixo a íntegra da nota:

Fora Bolsonaro e seu governo, para defender os salários, os direitos e a vida

Ao minimizar o alcance da pandemia e defender a “normalidade” da economia, o presidente debocha dos doentes, dos mortos e de seus familiares, o que é inaceitável. É preciso suspender o pagamento da dívida pública, taxar os bancos e as grandes fortunas, revogar a EC 95 e a LRF, entre outras medidas.

1. “No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma ‘gripezinha’ ou ‘resfriadinho’”. Foi o que ouvimos do presidente da República, Jair Bolsonaro, na noite dessa terça-feira (24), em pronunciamento em rede nacional. Com essas e outras palavras, ele lançou mais um desafio ao povo brasileiro. Novamente, desqualificou e contrariou sem qualquer embasamento as orientações dos órgãos de saúde, que insiste em chamar de “histeria”, e foi mais além em colocar em risco a saúde da população.

2. Bolsonaro menosprezou a tragédia que ocorre em vários países, como Itália e Espanha, onde centenas de mortes têm sido anunciadas todos os dias. Atacou abertamente as recomendações da OMS e de outros organismos. Expressou ainda desprezo pelos idosos e disseminou várias fake news, como ao

afirmar que apenas pessoas acima de 60 anos morreriam em decorrência da Covid-19, e cujo isolamento bastaria. Ao minimizar o alcance da pandemia e defender a “normalidade” da economia, o presidente debocha dos doentes, dos mortos e de seus familiares, o que é inaceitável.

3. Junto a isso, os governos, com o federal à frente, e o Congresso Nacional não têm apresentado soluções concretas para o enfrentamento à pandemia e à grave crise econômica e social instalada. Ao contrário, as medidas não resguardam efetivamente a vida das pessoas e protegem os setores privilegiados de sempre no país: os bancos e as grandes empresas. Para os trabalhadores restam o desamparo e a miséria, e mais projetos de retirada de direitos.

4. Está em discussão nos meios governamentais, no parlamento e na grande mídia proposta de redução salarial do funcionalismo, inclusive por meio de projeto de lei. Além de flagrantemente inconstitucional, trata-se de solução falsa e mentirosa. O próprio presidente da Câmara dos Deputados, entre outros políticos e economistas da ordem, admitiu que o valor necessário para o enfrentamento à crise é muito superior à pretensa economia com a redução de salários, que teria um caráter “simbólico”. Não será nem um pouco simbólico reduzir os orçamentos de milhões de famílias, com todos os impactos decorrentes na economia, nem atacar os serviços públicos justo no momento em que eles se mostram mais relevantes.

5. A pretensa redução dos salários do funcionalismo é uma proposta demagógica e diversionista. Tenta novamente eleger os servidores como bodes expiatórios, e colocar os trabalhadores uns contra os outros. Além de desviar o foco das ações realmente necessárias e manter intocados os grandes interesses econômicos, muitos dos quais não querem abrir mão de seus ganhos mesmo neste momento de grave crise.

6. Bolsonaro também brinca com a vida dos trabalhadores por meio de medidas como a MP 927, que estabeleceu a suspensão de

contratos sem pagamento de salários, “livre” negociação entre trabalhadores e patrões à margem da lei, e outras violações à Constituição. O recuo aparente e pontual logo em seguida apenas confirma o desprezo do presidente à inteligência e à segurança das pessoas. O governo não assegura recursos para garantir o sustento dos trabalhadores e suas famílias, enquanto já liberou vultosos recursos para os bancos e grandes empresas. Ao radicalizar seu temerário posicionamento e ignorar a gravidade da pandemia, Bolsonaro tenta afagar e não contrariar os interesses desses setores, que ainda lhe dão sustentação política no cargo.

7. Embora a incompetência de Bolsonaro dê espaço à atual disputa de protagonismo por governadores, as medidas por eles adotadas também são insuficientes para preservar a vida e a segurança do povo. As medidas de quarentena são restritas e trabalhadores em diversas áreas, inclusive da indústria, seguem expostos aos perigos do contágio. O caso da Itália é ilustrativo das possíveis consequências dessa orientação. Isso também coloca o debate da greve geral, a partir desses setores, como medida de enfrentamento e autodefesa.

8. Em suma, as providências anunciadas têm por objetivo mais uma vez obrigar os trabalhadores a pagar a conta da crise, inclusive com suas vidas, que para o mandatário parecem não importar. É preciso suspender o pagamento da dívida pública, taxar os bancos e as grandes fortunas, revogar a EC 95 e a LRF, entre outras medidas, necessárias para assegurar recursos ao enfrentamento da crise e à garantia das condições de vida da população. Os salários devem ser preservados!

9. Devemos reafirmar nossa disposição de luta por todos os meios possíveis, em defesa dos salários e dos direitos ameaçados, inclusive indicando a paralisação total do trabalho que vem sendo desempenhado remotamente, e uma greve geral reunindo os diversos setores da economia. A categoria deve permanecer atenta e mobilizada para enfrentar a redução salarial, a imposição de condições de trabalho que atentem

contra a sua saúde e segurança, e por respostas efetivas à crise.

10. A cada movimento do governo, fica mais assentada sua incapacidade e inépcia para conduzir o enfrentamento à crise. A lista dos crimes de responsabilidade praticados por Bolsonaro só cresce a cada dia e um possível impeachment já é tema de debate público, que deve também estar na pauta das entidades combativas do movimento sindical. Enquanto ele está preocupado com sua autopreservação e chega a insinuar uma ruptura com a ordem democrática, a crise se agrava e as consequências tendem a ser cada vez mais dramáticas.

11. Não é possível administrar, ao mesmo tempo, a crise decorrente do coronavírus e a crise política permanente representada por Bolsonaro. O desafio está lançado e é preciso responder. Por isso, não hesitamos em afirmar: Em defesa dos salários, dos direitos e da vida, Fora Bolsonaro e seu governo!

***Diretoria executiva do Sintrajud
Coletivo LutaFenajufe***

**Em live na quinta, 26, Maria
Lúcia Fattorelli explica:
dívida pública drena recursos
do combate à pandemia**



Para manter o diálogo com os servidores enquanto durar o isolamento social imposto com a pandemia, a diretoria do Sintrajud vem realizando transmissões ao vivo pela página do Facebook. O objetivo é manter a categoria próxima e informada

sobre a crise sanitária e prestar contas da ação sindical, que continua apesar dos fóruns estarem com expediente suspenso. O próximo bate papo virtual acontece nesta quinta-feira (26 de março), às 11h, e terá a presença da auditora fiscal aposentada Maria Lúcia Fattorelli, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida.

A auditora vai bater um papo com a categoria sobre a necessidade de suspensão do pagamento da dívida pública para liberação de recursos para a saúde e para o combate à pandemia do novo coronavírus. Os servidores podem participar enviando comentários e perguntas.

A transmissão também terá a presença do diretor do Sintrajud e da Fenajufe Fabiano dos Santos, para conversar sobre as ações da entidade em defesa da saúde e dos direitos da categoria, contra o assédio moral no teletrabalho.

Participe, divulgue para os seus colegas e reserve um espaço no seu dia a dia para dialogar com o seu Sindicato e trocar experiências.

Nota de repúdio à MP 927:

Bolsonaro brinca com a vida dos trabalhadores

A diretoria do Sintrajud convoca a categoria a manter a mobilização organizada para a Greve Nacional do último dia 18 de março a fim de evitar que se concretizem os ataques intentados pelo governo federal, com apoio da maioria dos parlamentares no Congresso Nacional e da cúpula do Judiciário. Diante da publicação da Medida Provisória 927/2020, que aproveita a crise sanitária para tentar criar jurisprudência na anulação de mais direitos trabalhistas, a direção do Sindicato manifesta repúdio e exige a revogação imediata do dispositivo.

As MPs têm força de lei e empresários que foram ponto de apoio importante para a eleição do atual governo, como Luciano Hang, dono da rede de lojas Havan, já pressionam seus empregados com ameaças de demissão em massa para forçar os trabalhadores a aceitarem termos contratuais como os previstos na Medida Provisória 927.

Confira a abaixo a manifestação da direção do Sindicato e envie [aqui](#) sua mensagem aos parlamentares

Nota de repúdio à MP 927: Bolsonaro brinca com a vida dos trabalhadores

1. O Brasil enfrenta uma das maiores crises de sua história. A atual pandemia, que avança exponencialmente com mais casos e mortes no Brasil e no mundo, também agrava a crise econômica que vivemos ao longo dos últimos anos.

2. Ao invés de ser parte da solução, o governo Bolsonaro contribui para o aprofundamento da crise, seja negligenciando a gravidade da situação e atentando contra os protocolos de saúde pública, seja com ações e omissões que só aumentam a

vulnerabilidade e a miséria dos trabalhadores.

3. Poucos dias após indicar a redução de salários e anunciar benefícios miseráveis para trabalhadores autônomos e 'informais', o governo baixou nesse domingo a Medida Provisória nº 927, que oferece garantias apenas aos empregadores e lança os trabalhadores ao absoluto desamparo. Sob o eufemismo de "programa de qualificação", a MP prevê a suspensão de contratos sem o pagamento de salários por quatro meses, entre outros vários ataques aos direitos trabalhistas. É escancarada, não de agora, a opção por proteger os grandes empresários e corporações, em detrimento dos direitos mais elementares da classe trabalhadora.

4. O "recuo" anunciado por Bolsonaro nas redes sociais, diante da péssima repercussão e do repúdio generalizado, não altera o cerne da medida, que viola a Constituição e Convenções da OIT. Ela solapa as garantias e instrumentos de negociação coletiva, submetendo os trabalhadores a "acordos" individuais em cenário de total desigualdade de condições, em detrimento da lei, e afronta direitos constitucionais relacionados à jornada de trabalho, às férias e à saúde e segurança no trabalho, entre outros. A MP também não oferece qualquer forma de proteção aos desempregado ou aos trabalhadores sujeitos a outras e precárias formas de contratação.

5. Além disso, o recuo aparente e pontual também não afasta as ameaças de redução salarial no setor privado e no funcionalismo público. Nem muda a percepção evidente de qual é o projeto do governo para os trabalhadores e seus direitos, e de seu papel no aprofundamento da crise social e política no país. Bolsonaro vai na contramão de providências que vêm sendo adotadas em outros países, até mesmo no centro do capitalismo e sob governos de orientação econômica "liberal", para proteção do emprego e da renda. O "pacote" anunciado pelo governo até aqui alcança montantes muito inferiores, em proporção do PIB, aos anunciados em outros países.

6. A absoluta inépcia de Bolsonaro tem dado espaço à disputa de protagonismo por parte de governadores e de parlamentares dos partidos da ordem, como o presidente da Câmara dos Deputados. Mas as diferenças são superficiais e as medidas por eles defendidas vão no mesmo sentido. Não oferecem respostas efetivas no enfrentamento à pandemia e à crise econômica e social.

7. Impõe-se neste momento a necessidade de medidas firmes com esse propósito, com os diversos instrumentos de que dispõem o Estado e o governo. E para isso é preciso romper com o modelo econômico em vigor no país durante as últimas décadas, e levado ao extremo nos últimos anos. Isso passa pelo não pagamento da dívida pública e direcionamento dos recursos no atendimento à população, e pela revisão do “teto de gastos”, da lei de “responsabilidade fiscal”, da desvinculação de receitas, e do padrão de tributação altamente regressivo e intocado, entre outros pontos. Algo a que não se propõem Bolsonaro, seus aliados, e seus adversários de fachada.

8. O Sintrajud repudia mais esse ataque e permanece atento às ameaças de redução salarial impulsionadas por setores do governo, do Congresso Nacional e da grande mídia, que de forma oportunista e covarde tentam colocar o conjunto da população contra o funcionalismo. É necessária a mais ampla unidade para defender os serviços públicos e exigir soluções concretas para a crise, com garantia das condições de saúde e de vida do conjunto da população. Contra o governo Bolsonaro e seus ataques!

Diretoria executiva do Sintrajud

Reduzir salários é golpe e covardia contra trabalhadores, afirmam sindicalistas

As medidas e propostas do governo de Jair Bolsonaro para as relações trabalhistas em meio à pandemia do coronavírus são covardes e golpistas contra os trabalhadores. É o que afirmam dirigentes sindicais do Poder Judiciário e MPU ouvidos pela reportagem.

Reduzir salários é uma das medidas cogitadas, conforme anunciado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para o setor privado e cogitada para o setor público.

Neste domingo (22), o presidente Jair Bolsonaro assinou a Medida Provisória 927, que permite a suspensão por até quatro meses dos contratos de trabalho na esfera privada. No início desta tarde, diante da repercussão negativa, disse que suspenderia esse artigo da MP, mantendo, no entanto, outros itens prejudiciais aos trabalhadores. Entre eles, o que faz com que o empregado possa ficar devendo férias e feriados ao empregador.

Até a publicação deste texto não estava formalizado o recuo na tentativa de cortar salários dos trabalhadores para preservar os lucros do empresariado diante da crise sanitária.

“Há um problema grave no ponto de vista econômico, sobre o projeto que vai prevalecer nesse enfrentamento”, alerta o servidor do TRT-2 Tarcisio Ferreira, que integra a direção do Sintrajud.

Um dos aspectos que Tarcisio ressalta é a redução salarial, que ameaça não somente o setor privado, mas também os

servidores públicos. “Já existem no Congresso proposições prevendo expressamente isso, como houve um ensaio de tentar tramitar a PEC 186 já sob essa situação de calamidade, com restrição de manifestações públicas e de acesso às casas do Congresso. Seria um golpe gravíssimo votar a chamada ‘PEC Emergencial’ nesse cenário e isso não está descartado”, observa.

Congresso

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ), já estaria liderando uma discussão sobre a redução dos salários de servidores públicos em até 20%. Faz poucos dias, o jornal ‘O Globo’, do Rio de Janeiro, publicou editorial defendendo a redução salarial para o funcionalismo, o que vem sendo defendido diariamente por colunistas, especialistas convidados e apresentadores dos canais televisivos do Grupo dos Marinho.

“O Brasil e o mundo vivem uma tragédia no enfrentamento à pandemia do coronavírus, que já tirou milhares de vidas e aqui no Brasil a gente tem acompanhado uma ação irresponsável do governo federal”, critica o servidor Cristiano Moreira, da direção da federação nacional da categoria (Fenajufe). “Não bastassem as medidas atrasadas e insuficientes para conter a pandemia, inclusive o comportamento do Bolsonaro na contramão das orientações da OMS e do próprio Ministério da Saúde, incentivando aglomerações, comparecendo a ato público mesmo sendo um caso suspeito de coronavírus, o governo tem usado essa crise como argumento, justificativa para defender medidas covardes como o rebaixamento salarial do funcionalismo público”, assinala. “É evidente que esse tipo de medida, sempre defendida pelo governo, não resolve o nosso problema, ao contrário, vai na contramão do que deveria estar sendo adotado”, diz.

Os dirigentes sindicais reafirmam que é preciso contestar tais políticas, a ameaça de redução salarial e perda de direitos

durante a pandemia. “Há uma pressão que já verificamos nos meios políticos, na imprensa, para que se avance em direção a isso, tendo em vista o que já está se colocando essa possibilidade também no setor privado. Temos que contestar que a saída não é essa, seja no setor privado, seja no serviço público, que não pode ser atacado e precarizado nesse momento, ao contrário”, defende Tarcisio.

Nova transmissão dia 23 avalia ameaças de redução salarial

Enquanto durar a pandemia do coronavírus, a diretoria do Sintrajud pretende manter o diálogo e proximidade com a categoria por meio das famosas *lives* (transmissões em vídeo ao vivo por meio da página do Facebook. A conversa virtual permite trocar informações, prestar contas da ação sindical e sanar dúvidas dos servidores. A próxima acontece na segunda-feira (23 de março), às 20 horas.

Ao longo desta semana foram realizados quatro encontros virtuais, um deles com participação da médica Diana Gameiro, que falou sobre a pandemia e saúde dos trabalhadores. No primeiro, o coordenador do departamento Jurídico do Sindicato, o advogado César Lignelli, e os diretores Luciana Carneiro e Tarcisio Ferreira abordaram as primeiras iniciativas frente à pandemia e a preparação para a Greve Nacional em 18 de março.

Na segunda *live*, no dia 18 de março, foram transmitidos informes da mobilização e da pressão junto aos tribunais para suspender as atividades, com a participação de Tarcisio Ferreira e Fabiano dos Santos, que também é diretor da

Fenajufe. Nesta sexta-feira, além de conversar com a médica Diana Gameiro, os servidores puderam ouvir as avaliações dos diretores do Sindicato Fabiano dos Santos e Inês Leal sobre o momento atual do país. Confira os quatro vídeos abaixo.

Transmissão ao vivo em 16 de março

Transmissão ao vivo em 18 de março

Transmissão ao vivo em 20 de março, com Diana Gameiro

Transmissão ao vivo em 20 de março